

# Técnicos debatem proposta para a Grande Vitória

A criação da região metropolitana de Vitória só será possível se cada um dos cinco municípios envolvidos destinar, no mínimo, 15% de seu orçamento para projetos em comum. Esta foi a proposta do professor Roberto Garcia Simões, do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), durante a abertura do Seminário sobre a Questão Urbana, que está sendo promovido pelo Instituto Jones dos Santos Neves até a próxima quinta-feira.

A idéia básica do seminário é levantar a discussão em torno da criação da Região Metropolitana de Vitória, projeto que já ocupou o Governo do Estado em 1973 e que foi abandonado devido à falta de número suficiente de habitantes nos municípios da Grande Vitória para a criação de uma metrópole.

A discussão está sendo agora retomada devido a dois motivos: o primeiro deles é o início dos trabalhos da elaboração da Constituição Estadual. De acordo com dispositivo aprovado pela Constituinte Federal, cabe ao Estado a iniciativa de criar a região metropolitana, através de lei complementar; o trabalho do Instituto Jones vai servir para fornecer aos constituintes estaduais subsídios para a elaboração destas leis.

## Coordenação

Roberto Simões nota também que existe atualmente vontade política das administrações dos cinco municípios da Grande Vitória para se unir na definição de ações conjuntas para problemas comuns, seguindo um planejamento unificado, mas sobretudo mantendo a autonomia municipal.

Ele disse que, atualmente, a região da Grande Vitória tem tido várias de suas questões básicas tratadas diretamente pelo Governo Estadual, sem qualquer participação das Prefeituras, como a questão do saneamento. A Cesan vem investindo nos últimos anos mais de 70% de seus recursos na



## *O seminário começou ontem e dará subsídios à elaboração da Constituição Estadual*

Grande Vitória, sem que os municípios envolvidos participem. O mesmo vem acontecendo com as ações de outros órgãos estaduais como a Cohab, a Ceturb e o DER.

Assim como os problemas ligados ao saneamento, à habitação e ao transporte, a região metropolitana de Vitória teria que montar uma política integrada para tratar de todas as questões sociais em comum, como as relacionadas com segurança pública, migração, menores carentes e atendimento nas áreas de saúde e educação. Roberto Simões nota que existe uma tendência à ampliação destas questões nas próximas décadas, a partir da duplicação da CST e da Aracruz Celulose e da efetivação de outros grandes projetos industriais previstos para o Estado.

Para ele, a criação da região metropolitana de Vitória seria a única maneira possível de se pensar uma estratégia para impedir a repercussão negativa da forma de desenvolvimento adotada pelo Estado sobre a Grande Vitória. Repercussão que já tem sido constatada, desde a criação do bairro São Pedro, como consequência direta da instalação da CST no Estado, no final da década de 70.

A proposta para a administração da região metropolitana de Vitória é a criação de um fórum ou conselho de prefeitos que, com a participação de

representantes do Estado, definiriam as políticas comuns dos municípios. Roberto Simões acredita que a região metropolitana também exigiria efetiva participação da população e de instituições da sociedade civil e que o caminho para essa participação seria a apresentação de projetos de lei. Segundo a nova Constituição Federal, 5% da população eleitora de cada município têm o direito de apresentar qualquer projeto de lei à Câmara de Vereadores.

Em termos de recursos, a região metropolitana de Vitória funcionaria com verba municipal e estadual, além do que conseguisse captar junto aos órgãos federais. Os municípios teriam que contribuir, segundo estimativas do professor, com no mínimo 15% de seu orçamento. E a participação do Estado seria definida pela Constituinte Estadual. "É preciso que na Constituição Estadual esteja claramente colocado o interesse em se criar a região metropolitana de Vitória e quais serão os meios utilizados para isto", disse Roberto Simões.

Atualmente, existem no Brasil oito regiões metropolitanas já criadas e vários Estados iniciam a discussão para a criação de outras. Segundo Roberto Simões, aqui no Estado também poderia ser criada uma aglomeração urbana, como permite a Constituição Federal, reunindo vários municípios do litoral Norte.